

O potencial da frankfurtianidade de Habermas em estudos organizacionais

LUIZ GUSTAVO ALVES DE LARA¹

FÁBIO VIZEU¹

¹ UNIVERSIDADE POSITIVO / PROGRAMA DE MESTRADO E DOUTORADO EM ADMINISTRAÇÃO, CURITIBA – PR, BRASIL

Resumo

O objetivo deste ensaio é argumentar em favor da *frankfurtianidade* de Jürgen Habermas, isto é, estudar os pontos de convergência de sua obra em relação ao projeto teórico do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt e, a partir dessa ênfase, apontar novas possibilidades de pesquisa no campo de Estudos Organizacionais (EO). Para isso, refletimos sobre aspectos teóricos essenciais do ensaio “Teoria tradicional e teoria crítica” (HORKHEIMER, 1975) e elaboramos uma crítica aos intérpretes que utilizam a cronologia geracional como principal critério para a compreensão de diferenças no movimento intelectual da Escola de Frankfurt. Metodologicamente, inspiramo-nos na proposta de crítica à interpretação por meio da hermenêutica filosófica (RICOEUR, 1990) e na natureza propositiva de interpretação de um ensaio teórico (MENEGHETTI, 2011). Para sustentar a proposição expressa de forma provocativa no título deste artigo, dialogamos com comentaristas (BOTTOMORE, 2001; FREITAG, 2004; NOBRE, 2004; MELO, 2013), a fim de propor uma caracterização não geracional de seus membros e a proximidade de Habermas em relação ao marco fundador da Teoria Crítica. Nesse sentido, acreditamos que (a) a releitura da intenção emancipadora (HABERMAS, 2002), (b) a desconstrução da isenção do conhecimento científico (HABERMAS, 1987) e (c) a incorporação da filosofia da linguagem à crítica social frankfurtiana (HABERMAS, 2012) são contribuições importantes de sua obra à Teoria Crítica de Frankfurt. Como proposição para a área de EO, em nossas considerações finais argumentamos que a recolocação do autor no posto de genuíno teórico crítico da Escola de Frankfurt pode constituir uma nova agenda de pesquisa para o campo. Acreditamos que nosso esforço pode auxiliar pesquisadores da área de EO a compreender a obra de Habermas a partir de uma via que os afasta da armadilha de considerá-lo um teórico não crítico e/ou utópico. Sob esse enfoque, torna-se evidente sua produção intelectual politicamente engajada nos problemas sociais contemporâneos – dimensão que vem sendo negligenciada pelos pesquisadores do campo de EO no Brasil.

Palavras-chave: Estudos organizacionais. Habermas. Teoria crítica. Escola de Frankfurt.

The Potential of “Frankfurtianess” of Habermas in Organizational Studies

Abstract

This essay reflects on the convergence between Jürgen Habermas’ work and the theoretical framework put forward by the Institute of Social Research in Frankfurt, arguing in favor of the characteristics of the Frankfurt school in Habermas and pointing out research possibilities in the field of Organizational Studies (OS). We discuss the essential theoretical aspects of the work by Horkheimer (1975) “Traditional and Critical Theory,” and produce a critique on the use of generational chronology as the main criterion for understanding the intellectual movement of the Frankfurt School. The methodology is based on the critique of the interpretation using the philosophical hermeneutics (RICOEUR, 1990) and observes the propositional nature of an interpretation offered in theoretical essays (MENEGUETTI, 2011). To support the provocative proposition of this work, we establish a dialogue with authors such as Bottomore (2001), Freitag (2004), Nobre (2004), and Melo (2013) discussing a non-generational characterization of the Frankfurt School’s members and the proximity of Habermas in relation to the pioneer works on the Critical Theory. We believe that (i) the re-reading of the emancipatory purpose (HABERMAS, 2002); (ii) the deconstruction of the impartiality of the scientific knowledge (HABERMAS, 1987); (iii) and the incorporation of the philosophy of language into the Frankfurtian social criticism (HABERMAS, 2012) are important contributions of Habermas to the Frankfurt’s critical theory. As for a proposal for the field of organizational studies, this essay concludes that recognizing Habermas as a Critical Theory scholar of the Frankfurt School may constitute a new research agenda for the field. The contribution of this essay lies in helping researchers in the field of Organizational Studies to understand Habermas’ work differently and not as a non-critical or utopian production. In this perspective, it is clear that Habermas’ intellectual production is politically engaged in contemporary social problems, which is a dimension neglected by the researchers of the field of Organizational Studies in Brazil.

Keywords: Organizational Studies. Habermas. Critical Theory. Frankfurt School.

El potencial de la tradición frankfurtiana de Habermas en Estudios Organizacionales

Resumen

El objetivo de este ensayo teórico es argumentar a favor de la frankfurtianidad de Habermas, es decir, ensayar sobre los puntos de convergencia de su obra en relación al proyecto teórico del Instituto de Investigación Social de Frankfurt y, a partir de este énfasis, apunte nuevas posibilidades de investigación en el campo de Estudios Organizacionales (EOs). Para ello, reflexionamos sobre aspectos teóricos esenciales de la obra *Teoría tradicional y teoría crítica* (HORKHEIMER, 1975) y ensayamos una crítica a los intérpretes que se utilizan de la cronología generacional como el principal criterio para la comprensión del movimiento intelectual de la Escuela de Frankfurt. Metodológicamente, nos inspira en la propuesta de crítica a la interpretación a través de la Hermenéutica Filosófica (RICOEUR, 1990) y en la naturaleza propositiva de interpretación de un ensayo teórico (MENEGUETTI, 2011). Para sustentar la proposición expresa de forma provocativa en el título de este trabajo, dialogamos con comentaristas (BOTTOMORE, 2001; FREITAG, 2004; NOBRE, 2004; MELO, 2013) a fin de proponer una. La caracterización no-generacional de sus miembros y la proximidad de Habermas en relación al marco fundador de la Teoría Crítica de 1937. En este sentido, creemos que (i) la relectura de la intención emancipadora (HABERMAS, 2002); (ii) la desconstrucción de la exención del conocimiento científico (HABERMAS, 1987); y (iii) la incorporación de la filosofía del lenguaje a la crítica frankfurtiana (HABERMAS, 2012) son contribuciones importantes de su obra a la Teoría Crítica de Frankfurt. Como proposición para el área de EOs, en nuestras consideraciones finales argumentamos que la re-colocación del autor en el puesto de genuíno teórico crítico de la Escuela de Frankfurt puede constituir una nueva agenda de investigación para el campo. Creemos que nuestro esfuerzo puede ayudar a investigadores del área de EOs a comprender la obra de Habermas a partir de una vía que los aleja de la trampa de considerarlo un teórico no crítico y/o utópico. Bajo este enfoque se hace evidente su producción intelectual políticamente comprometida en los problemas sociales contemporâneos – dimensión que viene siendo descuidada por los investigadores del campo de EOs en Brasil.

Palabras clave: Estudios organizacionales. Teoría crítica. Habermas. Escuela de Frankfurt.

Artigo submetido em 11 de agosto de 2017 e aceito para publicação em 08 de maio de 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1679-395171270>

INTRODUÇÃO

A Teoria Crítica frankfurtiana influenciou várias gerações de pensadores do século XX a promover uma ciência social emancipatória. Essa escola de pensamento se desenvolveu a partir do ensaio “Teoria tradicional e teoria crítica” (HORKHEIMER, 1975). Sua gênese está vinculada à análise crítica de base marxista, que buscava alertar sobre contradições que o capitalismo apresenta em seu *modus operandi*, estabelecido particularmente no século XX.

No campo de Estudos Organizacionais (EO), muitos autores de vertente crítica têm se apropriado das reflexões de ordem filosófica e sociológica dos frankfurtianos (FARIA, 2009; PAULA, 2008; MOTTA, 2014). Essa aproximação é dada especialmente no sentido de buscar uma base analítica e conceitual para a compreensão das contradições da ordem social e histórica contextualizada no âmbito das organizações. Entre as inspirações dessa corrente de pensamento e seu uso em EO está a preocupação com a emancipação de um ser humano concebido como mero recurso produtivo para as organizações (FORESTER, 1994; VIZEU, 2005; PAULA, 2008; FARIA, 2009), dando condições aos sujeitos de refletir sobre suas próprias existências no contexto do capitalismo (PAULA, 2013).

Em certo sentido, a apreciação da Teoria Crítica em EO foi e continua sendo um trabalho de resistência à hegemonia da concepção positivista de ciência nesse campo de estudos. No Brasil, onde os EO se vinculam principalmente à grande área da Administração, o conhecimento acadêmico é delineado a partir de pressupostos de base funcionalista, que impinge uma concepção de sociedade tendendo ao equilíbrio e harmonia, e onde a noção de processo é a-histórica (VIZEU, 2010). Da mesma forma, tal concepção funcionalista é responsável pela disciplinarização da vida nas organizações a partir de uma racionalidade econômica (PAULA, 2008), baseada prioritariamente em interesses capitalistas e na crença de que as organizações são entidades onipotentes e sagradas (VIZEU e MATITZ, 2013). É contra essa visão hegemônica na área de EO que a perspectiva crítica vem sendo recorrida.

Em relação ao avanço da Teoria Crítica em EO, um dos desafios é justamente entender todas as possibilidades que a profícua produção intelectual desse movimento oferece aos pesquisadores de organizações (FARIA, 2009). Isso significa, antes de tudo, conhecer propriamente a obra dos autores frankfurtianos, compreendendo seu lugar e sua contribuição ao projeto intelectual inaugurado por esse movimento. Da mesma forma, é importante verificar como a proposta ampla da Teoria Crítica pode contribuir para que se reconstrua o próprio campo dos EO, tendo em vista sua herança funcionalista e a dificuldade ainda presente para se desvencilhar das amarras da doutrina positivista.

Diante desse desafio, encontramos uma questão particular que deve ser refletida pelo meio acadêmico. Ela corresponde à diferenciação em termos de propósito de autores frankfurtianos a partir do enquadramento em distintas gerações. Na visão de alguns intérpretes, esse critério é significativo para que se distancie autores de diferentes gerações no que se refere ao projeto emancipatório intentado pelo movimento de Frankfurt a partir da obra de Horkheimer (1975). Esse é o caso do entendimento de autores como Faria (2009), Nobre (2004), Aragão (1997), entre outros, que argumentam existir uma significativa distância em termos de propósito entre os autores de primeira, segunda e terceira geração da Escola de Frankfurt, especialmente no que se refere a maior identificação de suas propostas em relação aos pilares enunciados no texto que representa para os estudiosos do movimento como seu marco, o ensaio “Teoria tradicional e teoria crítica” (HORKHEIMER, 1975), publicado originalmente em 1937. Nota-se que por trás da distinção geracional de Frankfurt reside a ideia de que a primeira geração é mais frankfurtiana do que as outras. Sobre esse posicionamento nos EO brasileiros, destaca-se a visão de Faria (2009), que sugere que somente podem ser considerados legitimamente frankfurtianos os trabalhos em EO fundamentados em escritos dos autores de primeira geração. Nesse sentido, Faria (2009) deixa subentendido que autores como Jürgen Habermas e Axel Honneth seriam menos frankfurtianos, por se distanciarem, na visão dele, das teses marxistas, a despeito da polêmica em torno da vinculação do movimento de Frankfurt ao marxismo (ou a qual tipo de marxismo).

Mesmo sem a intenção de desvincular a obra de Habermas ao movimento da Escola de Frankfurt, problematizamos o discurso de Faria (2009) e de outros pesquisadores de EO – demonstrados pela pesquisa de Motta (2014) – que distanciam a obra de Habermas do projeto teórico apresentado por Horkheimer (1975). Por conta disso, propomos este ensaio teórico, uma reflexão sobre a *frankfurtianidade* de Habermas a partir de outra via de interpretação que não a da concepção geracional. A partir da suspensão do critério do distanciamento geracional, almejamos refletir sobre certos aspectos da obra de Habermas nem sempre explorados em EO. Neste ponto, assim como Bottomore (2001), consideramos que a divisão dos membros por meio de gerações, embora didática, induz ao erro de negligenciar o que o pensamento interdisciplinar em torno do projeto de

Horkheimer (1975) nem sempre significou plena concordância entre os frankfurtianos em relação ao diagnóstico da sociedade, mesmo entre os membros fundadores ou de primeira geração. Desconsiderar isso acaba contribuindo para supervalorizar fronteiras geracionais em detrimento da proximidade de cada um daqueles teóricos em relação aos fundamentos do projeto teórico da Teoria Crítica enunciado em 1937.

Isso posto, o objetivo deste texto é argumentar em favor da frankfurtianidade de Habermas, isto é, sua proximidade com o projeto teórico do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt e apontar possibilidades de avanços na articulação de suas ideias no campo de EO a partir dessa ênfase. Para isso, constituímos nosso ensaio resgatamos o contexto histórico que motivou a fundação do instituto, e refletimos sobre aspectos essenciais da Teoria Crítica contidos em seu marco fundador, publicado em 1937 (ASSOUN, 1991) e como esses são evidenciados nos trabalhos de Habermas.

Metodologicamente, este estudo é caracterizado como um ensaio teórico no sentido filosófico do termo, pelo qual o ensaísta se aproxima do objeto suspendendo sua identidade, em busca de libertar as dimensões suprimidas pela reificação de sua identidade determinada por condições sócio-históricas (MENEGETTI, 2011). Nesse sentido, consideramos que, epistemologicamente, assumimos a postura da hermenêutica crítica (RICOEUR, 1990), onde o argumento é construído tendo em conta a relativização das múltiplas concepções sobre o objeto em articulação com a plena consciência das contradições do mundo material. Assim, essa concepção de ensaio “requer sujeitos, ensaísta e leitor, capazes de avaliarem que a compreensão da realidade também ocorre de outras formas” (MENEGETTI, 2011, p. 321). Como nos lembram Vizeu, Macadar e Graeml (2016), o ensaio teórico assim concebido ainda é percebido como limitado pelos pesquisadores do campo de Administração, em grande parte devido à herança do positivismo científico fundante do campo no Brasil, que busca a verdade científica amparada por protocolos formais na produção de conhecimento hipotético-dedutivo.

Justamente em oposição a essa postura acadêmica é que este ensaio se apresenta como uma tentativa de superação de uma visão que nos parece cristalizada ou, pelo menos, pouco clara sobre o que corresponde ser um teórico crítico genuinamente frankfurtiano. Assim, nosso olhar é depositado na possibilidade de construção de uma leitura que abre o horizonte de um entendimento novo na área de EO, permitindo que se recupere a frankfurtianidade de Habermas, por vezes considerado distanciado do movimento da Teoria Crítica.

MARCO HISTÓRICO FUNDADOR DA ESCOLA DE FRANKFURT E OS FUNDAMENTOS DA TEORIA CRÍTICA

De acordo com os revisionistas, a emergência da Teoria Crítica é marcada pelo colapso do projeto iluminista na modernidade e pela tensão da crise social do capitalismo maduro. Nesse contexto, o pensamento iluminista se revelou utilitário para a construção da sociedade moderna, caracterizada por um projeto totalitário de dominação em massa (HORKHEIMER, 1975). Esse processo é marcado especialmente por dois fatores: por um lado, pela emergência de um Estado comunista forte e disposto a promover sua expansão tendo por base um Estado totalitário e fundado no marxismo ortodoxo (BOTTOMORE, 2001); por outro lado, discursos nacionalistas se espalhavam pela Europa capitalista, criando um cenário instável e inviabilizando o arranjo pacífico entre as potências que controlavam as forças de produção e onde se concentrava a acumulação primitiva do capital oligopolista. Os desdobramentos históricos dessa instabilidade culminaram no Terceiro Reich alemão, no Fascismo italiano e na ditadura comunista soviética comandada por Lenin. A construção de tais regimes totalitários revela que a promessa iluminista de prosperidade humana pela razão fracassara (ADORNO e HORKHEIMER, 1975) e que o pensamento social precisava de uma nova referência para dar prosseguimento ao projeto da modernidade.

Naquele contexto do início do século XX, a Sociologia estava impregnada de pensamento positivista. Predominavam perspectivas teóricas derivadas do método funcionalista e de importações descabidas de métodos que representavam a extensão da ciência cartesiana delineada sob inspiração das ciências biológicas e exatas (HORKHEIMER, 1975). Em contraposição, havia intelectuais marxistas ortodoxos que apoiavam o regime soviético, como também teóricos neomarxistas que buscavam diálogos interdisciplinares, cujas análises iam além do marxismo estruturalista (NOBRE, 2004).

Dialogando com teorias sociológicas e culturais e a psicanálise (BOTTOMORE, 2001), alguns pesquisadores sociais intentaram repensar algumas das ideias da crítica marxista (MELO, 2013). Isso se devia ao fato de que, apesar da ideologia burguesa ter sido desvelada por meio das contradições do *modus operandi* do sistema de produção capitalista, a tomada de consciência

da relação de dominação da classe não havia culminado na revolução proletária. Tais pesquisadores viam que o maniqueísmo de certos marxistas os mantinha presos às análises econômicas, tornando-os obcecados pela exclusividade do paradigma do trabalho como meio para a mudança estrutural da sociedade (MELO, 2013).

A partir desse contexto social e político, durante o ano de 1923 foi organizada a “Semana de Estudos Marxistas”, em Frankfurt (ASSOUN, 1991; FREITAG, 2004). Esse evento buscava discutir os rumos do marxismo contrapondo interpretações ortodoxas que davam suporte ao marxismo soviético. Meses depois, naquele mesmo ano, ao lado de Felix Weil e Friedrich Pollock, Max Horkheimer fundou o Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt (BOTTOMORE, 2001). Aquele instituto seria considerado mais tarde um dos maiores celeiros de intelectuais da Europa – de onde surgiu a proposta de uma teoria crítica da sociedade.

Os primeiros membros do instituto desenvolveram trabalhos interdisciplinares e em grande medida heterogêneos, não sendo correto afirmar que esse grupo inicial mantinha unicidade em suas visões (BOTTOMORE, 2001; FREITAG, 2004; NOBRE, 2004; MELO 2013). O fato é que a primeira geração de intelectuais de Frankfurt vai muito além de Max Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse – os 3 mais célebres autores desse movimento (FREITAG, 2004). Esse grupo inicial contou com outros intelectuais, como Eric Fromm, Felix Weil, Friedrich Pollock, Franz Neumann, Otto Kirchheimer, Leo Lowenthal, Henryk Grossman, Arkadij Gurland e Walter Benjamin – este último participando como membro do círculo externo do instituto (BOTTOMORE, 2001).

A partir disso, muitos comentadores entendem que a Escola de Frankfurt não pode ser reduzida a uma aparente hegemonia de pensamento entre membros pertencentes a uma mesma geração (FREITAG, 2004; WIGGERSHAUS, 2002); em vez disso, deve ser considerada um conjunto de esforços de natureza teórica heterogênea de autores que mantinham uma postura interdisciplinar em torno de um projeto acadêmico comum (BOTTOMORE, 2001). Nesse sentido, é importante considerar que, para a maioria dos comentadores desse movimento, as bases da Teoria Crítica são dispostas no ensaio seminal “Teoria tradicional e teoria crítica” (HORKHEIMER, 1975), publicado originalmente em 1937, considerado o marco fundador da Escola de Frankfurt (FREITAG, 2004; ARAGÃO, 1997; ASSOUN, 1991). Foi em torno desse projeto que alguns intelectuais dedicaram seus trabalhos e a estes podemos nos referir como representantes do pensamento crítico frankfurtiano.

Assim, sem pretender constituir uma exposição absoluta sobre fundamentos ou mesmo uma incursão revisional exaustiva, apresentamos a seguir uma sistematização de pontos essenciais sobre a proposta da Teoria Crítica frankfurtiana, dada a partir de nossa própria interpretação do original e da leitura dos comentadores aqui selecionados. Na verdade, quando se trata de revisões sobre o movimento de Frankfurt, não há uma visão consensual ou mesmo alguém que detenha uma interpretação definitiva do que representa a essência dessa escola de pensamento. Desse modo, aceitar que existem diferentes visões – e interpretações – sobre esse movimento intelectual significa aceitar a proposta de construção de um pensamento crítico, não centrado nas amarras de um essencialismo comum ao pensamento único e autoerigido de uma teoria tradicional em Ciências Sociais que, como bem asseverou o próprio Horkheimer (1975), assume uma falsa pretensão de buscar a verdade absoluta dos fatos sociais. Nosso esforço de apontar fundamentos da Escola de Frankfurt corresponde meramente a uma tentativa de recuperar – ou seja, um ensaio na concepção aqui assumida (MENEGHETTI, 2011) –, a partir da visão de revisionistas selecionados, uma perspectiva sobre a proposta da Teoria Crítica enquanto projeto teórico que instrumentaliza a mudança social.

Embora alicerçada na postura crítica e na busca pela emancipação inspirada por Karl Marx¹, a Teoria Crítica de Frankfurt apresenta essência própria, marcada pela interdisciplinaridade dos envolvidos em seu projeto (FREITAG, 2004). A seguir, indicamos esses pontos a partir de princípios que consideramos representar uma síntese do projeto teórico proposto por Horkheimer.

A Teoria Crítica é Emancipatória

De acordo com os comentadores, a gênese da Teoria Crítica de Frankfurt se encontra na inspiração pela postura crítica cunhada por Marx perante as contradições da sociedade burguesa e na intenção de promover a tomada de consciência da sociedade a respeito dessa situação (MELO, 2013). Todavia, diferentemente de outras concepções emancipatórias, a Teoria Crítica se exime de prescrever uma estrutura societal ideal, valendo-se apenas de uma reflexão que almeja reduzir as contradições da sociedade pela *práxis* crítica. Certamente, há forte relação entre tal postura não prescritiva e o ceticismo daqueles pensadores

¹ A concepção de Marx sobre emancipação pode apresentar distinções em relação àquela dos autores de Frankfurt. Devido ao limitado espaço deste artigo, restringimo-nos a apontar essa diferença, sem indicar as diferenças de cunho epistemológico. Para uma discussão aprofundada, sugerimos a leitura de Melo (2013).

em relação aos Estados totalitários que emergiram na época, baseados em governos edificados sob promessas de sociedades idealizadas. Assim, o objetivo do instituto foi desenvolver um método de pensamento que instrumentalizasse a ação social alimentada pelo desejo de emancipação (ARAGÃO, 1997), de modo a permitir uma nova consciência social, capaz de superar os obstáculos que impedem a consecução daquilo que, em potencial, existe de melhor na sociedade (NOBRE, 2004). Ou seja, para Horkheimer (1975), a exposição dos mecanismos de dominação por meio da reflexão crítica não tem outro fim senão estimular a transformação social para redução das contradições da sociedade moderna.

A Teoria Crítica é Eclética e Interdisciplinar

Essa talvez seja a característica mais marcante da Escola de Frankfurt, que permitiu que se teorizasse a respeito de questões pouco ou nada abordadas pelo marxismo ortodoxo (MELO, 2013). Tendo como horizonte o intento de emancipação, a pluralidade intelectual dos frankfurtianos foi buscada como resposta às críticas de uma ortodoxia marxista que se estabeleceu após a Revolução Russa (ASSOUN, 1991; FREITAG, 2004). Dentre as influências que constituíram o ecletismo na fundação da Teoria Crítica estão a psicanálise de Sigmund Freud e a fenomenologia de Friedrich Nietzsche (BOTTOMORE, 2001), 2 vertentes que permitiram certa coesão intelectual entre os autores frankfurtianos mais célebres. De acordo com Nobre (2004), foi justamente esse debate interdisciplinar em torno das teses marxistas, empreendido pelos intelectuais com diferentes formações, que permitiu a Horkheimer formular o diagnóstico de seu tempo e que possibilitou a construção da tradição teórica crítica em Frankfurt. De acordo como os comentadores do movimento, a riqueza analítica derivada dessa interdisciplinaridade se integrou ao legado teórico de Marx, ainda que isso tenha implicado apontar direções contrárias a algumas das teses marxistas (MELO, 2013; FREITAG, 2004; BOTTOMORE, 2001).

A Teoria Crítica Não Fornece um Diagnóstico Acabado

Para Melo (2013), o maior desafio da Teoria Crítica recai sobre a necessidade de renovação constante de seus diagnósticos, conforme as novas (re)configurações do capitalismo, analisando de modo crítico inclusive suas próprias formulações quanto aos novos obstáculos à emancipação ou para sua desobstrução. Portanto, um aspecto importante da Teoria Crítica é seu caráter inacabado (NOBRE, 2004), trata-se de uma perspectiva teórica continuamente renovada e posta à prova da história, assumindo, assim, a mesma postura adotada por Adorno e Horkheimer (1985) em relação ao marxismo. Nesse sentido, a Teoria Crítica consiste em um duplo exercício de tomar o pensamento social crítico como referência para a busca da emancipação, atualizando-o a cada momento histórico (NOBRE, 2004). Tal exercício não somente é característico da postura crítica dos teóricos frankfurtianos, mas principalmente de sua autocrítica; nesse sentido, a autorreflexão é uma orientação filosófica que “está determinada por um interesse emancipatório do conhecimento” (HABERMAS, 1987, p. 140). De acordo com certos comentadores, essa condição inacabada e autocrítica foi responsável por conduzir a Teoria Crítica para novas interpretações sobre a relação entre capital e trabalho, sem perder de vista as intenções do pensamento social crítico (MELO, 2013).

Desse modo, a Teoria Crítica almeja agregar novos dados e novas reflexões ao corpo teórico já elaborado, “relacionando-o sempre como conhecimento que já se tem do homem e da natureza naquele momento histórico” (FREITAG, 2004, p. 39). Assim, ela constitui um projeto com fundamentos claros, mas de diagnóstico inacabado, sempre desafiado pelas complexidades sociais e humanas reveladas pelo movimento histórico e buscando identificar os obstáculos à emancipação e suas transposições por meio da práxis crítica. A partir desses elementos é que questionamos a interpretação de muitos comentadores da Escola de Frankfurt sobre a significativa distinção entre gerações de frankfurtianos. Apresentamos nossa crítica a seguir.

PROBLEMATIZANDO A CLASSIFICAÇÃO POR GERAÇÕES

Alguns comentadores são mais enfáticos do que outros ao interpretar o legado da Escola de Frankfurt a partir da diferenciação geracional. Em tais análises, parecem ter-se erguido muralhas entre as gerações, induzindo a ideia de que a primeira geração fez verdadeiramente Teoria Crítica enquanto que os teóricos que se seguiram no instituto após a saída dos membros fundadores foram incapazes de dar continuidade ao projeto iniciado por Horkheimer e seus colaboradores mais diretos. Entretanto, seguimos uma interpretação na qual se entende que, mesmo sendo didática para a compreensão histórica do movimento, nem sempre essa distinção geracional é capaz de indicar as nuances das obras dos pesquisadores em relação aos fundamentos norteadores lançados por Horkheimer em seu texto seminal (HORKHEIMER, 1975).

Há que se esclarecer que o critério de distinção por gerações foi inicialmente um modo não muito arbitrário de estabelecer um marco divisional entre os autores a partir de 1969, ano da morte de Adorno, último diretor do instituto que fez parte do grupo de Horkheimer durante a década de 1930, período de demarcação da Teoria Crítica (WIGGERSHAUS, 2002). Nota-se, então, que originalmente não havia a pretensão dos comentadores em fixar *gerações* como critério definitivo para construção da narrativa da Escola de Frankfurt; este parecia ser senão uma âncora possível para estruturar a narrativa da trajetória do instituto. Também vale notar que a distinção geracional é uma preocupação dos comentadores do movimento, não de seus membros. Para além de ortodoxias sobre o pensamento frankfurtiano reconhecemos, ainda, que a classificação por gerações ajuda o leitor de primeira vista, por proporcionar uma forma didática para compreender o desenvolvimento desse denso corpo teórico. Todavia, o problema de adotar tal perspectiva consiste em não enxergar nuances da produção intelectual associada a esse movimento que vão além da dimensão meramente cronológica. Tal qual ela é apresentada por certos comentadores, entendemos que a classificação por geração pressupõe uma delimitação meramente temporal, que suprime aspectos importantes de convergência entre os intelectuais que construíram um arcabouço teórico em torno do projeto que não foi rompido pelo tempo.

No Brasil, a delimitação entre gerações de autores frankfurtianos é adotada por vários pesquisadores sociais e da área de EO, como Faria (2009), Paula (2008), Aragão (1997), Freitag (2004) e Nobre (2004). Contudo, alguns deles são demasiadamente enfáticos ao ressaltar as diferenças entre as gerações, desconsiderando as premissas em comum que os vinculam ao projeto da Teoria Crítica. Esse é o caso de Faria (2009), que, ao se referir à teoria crítica frankfurtiana, sugere ser necessário esclarecer à qual geração se faz referência, pois considera apenas a primeira geração genuinamente Teoria Crítica; para o autor, a segunda geração, liderada por Habermas, e a terceira geração, liderada por Axel Honneth, distanciam-se da essência da Teoria Crítica, entre outros motivos, por se afastar sobremaneira do marxismo.

Por outro lado, mesmo se valendo do termo *gerações* para se referir aos autores de Frankfurt, outros comentadores lembram que as diferenças entre os intelectuais desse movimento não se restringem a uma esfera intergeracional. Por exemplo, Freitag (2004) e Nobre (2004) afirmam que o termo *escola* para se referir ao grupo de autores de Frankfurt pode remeter a uma unicidade que raras vezes existiu entre seus representantes, independente das gerações às quais comumente se faz referência. Para Nobre (2004), entre os intelectuais frankfurtianos são notados diferentes modelos de Teoria Crítica, mas todos estes ligados aos fundamentos que Horkheimer propôs e em torno dos quais orbitaram os teóricos envolvidos nesse projeto teórico desde que foi apresentado à sociedade em 1937. Nobre (2004, p. 21) argumenta que “retomar a expressão original ‘Teoria Crítica’ significa, entre outras coisas, demarcar um campo teórico que valoriza e estimula a pluralidade de modelos críticos em seu interior”.

Na verdade, mesmo reconhecendo significativas diferenças entre o pensamento dos teóricos críticos – independentemente da geração –, alguns comentadores ressaltam sua convergência com os fundamentos estabelecidos por Horkheimer (1975). Sobre esse ponto, Freitag (2004, p. 34) entende da seguinte forma:

O que caracteriza a sua atuação [dos frankfurtianos] é a sua capacidade intelectual e crítica, sua reflexão dialética, sua competência dialógica ou aquilo que Habermas viria a chamar de “discurso”, ou seja, o questionamento radical dos pressupostos de cada posição e teorização adotada.

Assim, ao se referir à primeira geração como aquela que é mais próxima ao projeto da Teoria Crítica em relação às sucessoras, incorre-se em um erro análogo ao apontado por Nobre (2004), ao se referir a Frankfurt como uma escola que remete plena unicidade de pensamento. Ao utilizar exclusivamente o critério de gerações para compreender a trajetória do instituto, há que se admitir que também se pressupõe referência aos demais membros que o fundaram e que estes nem sempre estiveram totalmente engajados no projeto de Horkheimer (FREITAG, 2004; BOTTOMORE, 2001). Alguns deles participaram da fundação do instituto, ou seja, são membros de primeira geração, mas jamais tiveram laços fortes com o projeto da Teoria Crítica. Nessa situação, podemos citar Franz Neumann e Otto Kirchheimer no campo do Direito, o sociólogo Leo Lowenthal, o economista Henryk Grossman e o cientista político Arkadij Gurland, que, embora fossem membros fundadores, não compartilhavam com a mesma intensidade o interesse na construção de uma teoria social crítica emancipatória.

As divergências entre aqueles intelectuais considerados de primeira geração foram notáveis até o fim de suas carreiras. Em sua carta a Adorno, Marcuse (ADORNO e MARCUSE, 1999) evidencia discordâncias teóricas e práticas em relação ao uso político do “velho propósito do instituto”, com referência às discordâncias a respeito da relação entre a produção de conhecimento para ação social emancipatória e os movimentos estudantis revolucionários da década de 1960. Assim, há que se considerar

que a produção intelectual frankfurtiana não se caracteriza como tal pela proximidade cronológica, mas por configurar um projeto intelectual que tem como horizonte a crítica do modo positivista de fazer ciência no campo de Sociologia.

Portanto, argumentamos que a narrativa da Teoria Crítica, e não a cronologia do instituto, pode ser uma referência melhor para avaliar a proximidade dos intelectuais pertencentes ao instituto ao projeto da Escola de Frankfurt. Em outras palavras, o que torna os teóricos genuinamente frankfurtianos não é o fato de pertencerem a esta ou àquela geração, mas seu compromisso com a essência do projeto de construção de uma teoria capaz de explicar as contradições da sociedade moderna, fornecendo elementos para ação social na promoção da emancipação e o fim da dominação social. Nesse intento, deve-se ter em conta a liberdade intelectual sem pretensões de elaborar uma tese definitiva, tendo-se como diretriz única a busca pelo potencial da sociedade para o escrutínio de suas contradições sociais.

É nesse sentido que entendemos que a obra de Habermas constitui um genuíno esforço teórico crítico, pois contempla justamente esses elementos. É devedora da tradição crítica e de sua intenção emancipatória; também se revela como um corpo teórico eclético, constituído de forma original e sem deixar de considerar todo o caminho percorrido por seus antecessores frankfurtianos; por fim, a teoria de Habermas não almeja constituir uma explicação definitiva da Modernidade, mas ser uma referência teórica para um caminho possível de superação de suas mazelas. Apresentamos a seguir alguns pontos que sustentam nosso entendimento.

HABERMAS E O SEU PROJETO DE TEORIA CRÍTICA

Como já anunciado, sustentamos neste ensaio a tese de que, dentre os intelectuais que transitaram pela Escola de Frankfurt, fizeram e fazem Teoria Crítica aqueles que propõem adotar as premissas anunciadas por Horkheimer (1975) em seu ensaio seminal sobre essa abordagem, dentre elas a que prescreve a necessidade do pensamento social se fundar na contraposição às relações de dominação social instituídas historicamente pelo capitalismo à luz dos critérios de interdisciplinaridade e emancipação. E é justamente nesse sentido que nos ocupamos em argumentar a favor da contribuição de Habermas na tradição crítica de Frankfurt. Exploramos nesta seção alguns pontos de sua obra que revelam sua convergência com o projeto teórico original do instituto de Frankfurt.

Em primeiro lugar, como observado, a Teoria Crítica pensa a emancipação a partir da produção de um diagnóstico do tempo presente, baseado em tendências estruturais do modelo de organização social vigente (NOBRE, 2004). Nessa direção, Habermas continua o projeto emancipatório a partir do diagnóstico dos problemas estruturais da sociedade de seu tempo. Para esse autor, o sentido da emancipação para construção de uma sociedade possível continua a ser construído a partir da confluência entre teoria e práxis social para eliminação dos processos de dominação a partir do diagnóstico da sociedade no capitalismo maduro (HABERMAS, 2002).

Nesse sentido, Habermas acompanha a premissa de que a produção de bens materiais para manutenção das necessidades humanas ainda não encontrou formas justas e racionais de distribuição dos próprios bens e da riqueza entre a sociedade (FREITAG, 2004). É importante lembrar – sem entrar no mérito da vinculação ou não de Habermas ao marxismo – que o autor propõe uma reconstrução do materialismo histórico a partir de seus próprios elementos constitutivos, deixando claro que essa abordagem continua viva e promissora, desde que articulada com os avanços das Ciências Sociais e com o diagnóstico atualizado das diferentes leituras sobre o capitalismo maduro do século XX (HABERMAS, 1987). Entretanto, como sugere Ricoeur (1990), Habermas acredita que isso apenas pode ser viabilizado por meio da mediação de uma categoria que contemple a dimensão ideológica, dada, em sua teoria, pela consciência da mediação de uma razão intersubjetiva e centrada conceitualmente na pragmática da filosofia da linguagem (ARAGÃO, 1997). Contudo, para aqueles que o têm como um idealista, Habermas (2004) esclarece que a influência ontoepistemológica da Filosofia da Linguagem e de uma Sociologia interpretativista em sua obra se revela condicionada à premissa das condições materiais da vida social. Ou seja, para o autor, as condições materiais de reprodução da vida social, a realidade do mundo da vida e a linguagem se interpenetram de maneira indissolúvel. Vale ressaltar que o mundo da vida, para Habermas (2000), é simbólico e material.

Outro ponto importante se refere à interlocução de Habermas com os autores também próximos do projeto de Horkheimer. Para Freitag (2004), em vários de seus ensaios, Habermas procura debater e comentar os escritos de Adorno, Benjamin, Horkheimer e Marcuse. Todavia, Habermas procura transcender o beco sem saída no qual alguns frankfurtianos se colocaram incorporando em seu pensamento novas referências filosóficas e teóricas. Devido à sua releitura dos grandes temas da Escola de Frankfurt à luz de novos fatos históricos – e sua longevidade tem colaborado para isso –, o teórico se revelou um dos

membros mais profícuos e citados ligados à Escola de Frankfurt. Ou seja, Habermas mantém-se fiel ao propósito de construir uma crítica aos mecanismos históricos de dominação do capitalismo e que seja voltada à emancipação social, esforçando-se na elaboração de um diagnóstico sobre a legitimação do Estado moderno. Destacamos, ainda, que Habermas (1987) retoma o projeto da desconstrução da suposta neutralidade da ciência positiva apresentada por Horkheimer (1975), argumentando que a produção de conhecimento é guiada por interesses constituídos por meio do trabalho, da linguagem e da dominação (HABERMAS, 1987). Nesse ensaio, o autor argumenta o caráter ideológico da linguagem à qual a ciência não escapa, portanto, dando suporte às proposições de não neutralidade da teoria tradicional (FREITAG, 2004).

As reflexões sobre a linguagem e a comunicação, até então não explorada pelos frankfurtianos, foram particularmente articuladas por Habermas como uma abertura a novos horizontes acadêmicos, capaz de abrir os olhos para novas possibilidades e entendimentos da realidade até então não explorados. Ou seja, em nosso entendimento e no de outros comentadores (ARAGÃO, 1997; FREITAG, 2004; VIZEU, 2005), o autor busca na virada linguística elementos teóricos para continuidade da Teoria Crítica, encontrando nos conceitos de ato de fala da filosofia da linguagem um interessante pressuposto analítico que, ao longo do tempo, torna-se uma categoria fundamental em sua abordagem (FREITAG, 2004). Nesse ponto, Habermas entende que os obstáculos à emancipação se manifestam nos processos de comunicação e sua manifestação estrutural na interação social da modernidade, especialmente sob a égide das estruturas discursivas e ideológicas (HABERMAS, 2012). Para o autor, uma sociedade emancipada é viabilizada pela liberdade, “no diálogo, livre da dominação, de todos com todos, ao qual vamos sempre já buscar tanto o padrão de uma identidade do eu reciprocamente constituída como a ideia do verdadeiro consenso” (HABERMAS, 1987, p. 144).

A visão de que a adoção pela guinada linguística empreendida por Habermas não comprometeu seu projeto de realizar Teoria Crítica é compartilhada por outros comentadores. Por exemplo, Aragão (1997) afirma que, mesmo tendo incorporado novos elementos à Teoria Crítica, Habermas se mantém fiel ao projeto do Instituto de Pesquisa Social, promovendo uma pesquisa interdisciplinar que busca revelar as contradições e, assim, viabilizar a emancipação, em sua leitura por meio do conceito de razão comunicativa. Contudo, ao se filiar ao paradigma da linguagem, ele se afasta do pessimismo radical de alguns membros; por outro lado, Aragão (1997) entende que esse esforço faz com que Habermas recupere o projeto e o programa originais de crítica à razão, projeto este abandonado pela concepção de aprisionamento à racionalidade instrumental defendido por Adorno e Horkheimer. Em sua produção, principalmente entre as décadas de 1960 e 1980, Aragão (1997) entende que Habermas tenta demonstrar que, com a mudança de paradigma da razão instrumental para a razão comunicativa, ainda é possível retomar os caminhos perdidos do projeto teórico de Horkheimer.

De acordo com o próprio Habermas, a Teoria da Ação Comunicativa é apresentada por ele na década de 1980 como uma síntese de sua produção nas décadas anteriores (HABERMAS, 2012; RICOEUR, 1990). Sua proposta teórica tem com uma de suas marcas o distanciamento do pessimismo de Adorno e Horkheimer (1985) quanto à possibilidade de uma saída para os problemas sociais da Modernidade que levasse em conta a racionalidade. Da mesma forma, revela a convicção na competência linguística e cognitiva dos atores sociais onde, no debate e na disputa pelo melhor argumento mediados pelo questionamento radical, estabelece as condições teóricas para a produção de uma razão intersubjetiva baseada na interação comunicativa liberta dos mecanismos estruturais de dominação ideológica da modernidade (FREITAG, 2004; VIZEU e CICMANEC, 2013). Assim, a razão comunicativa é o ponto de intersecção de 3 ontologias: a) mundo das coisas objetivas; b) mundo social das normas; e c) mundo subjetivo dos afetos (VIZEU, 2005).

Assim, entendemos existir uma importante diferença entre as proposições de Habermas (2012) e Adorno e Horkheimer (1985): enquanto esses autores declaram que as chances de emancipação da sociedade estavam bloqueadas no atual momento histórico, Habermas continuou a buscar uma saída, encontrando, em sua visão, no conceito de razão comunicativa. E é nesse conceito que Habermas deposita sua esperança para chegar a uma condição social emancipada na Modernidade. Nesse ponto, o autor considera que a habilitação da esfera pública sem constrangimentos discursivos e estruturais, onde as decisões para a ação social potencialmente podem ser tomadas sem qualquer imposição coercitiva e ideologicamente subordinadas, torna possível se vislumbrar uma disposição democrática baseada no diálogo e na busca por consenso intersubjetivamente constituído.

Este é, em nossa interpretação e segundo outros comentadores (p. ex., ARAGÃO, 1997; VIZEU, 2005), a possibilidade viável buscada por Habermas (2012) para a construção de uma sociedade livre da dominação do poder econômico e político, garantida, a partir desse novo conceito de racionalidade, pelo critério de ação social racionalmente orientada. Aqui se revela uma característica importante do argumento original de Horkheimer (1975), em que a Teoria Crítica – sem cair no idealismo – busca o que há de concreto em potencial na realidade, mas que não se realiza por forças de dominação que precisam ser superadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Potencial da Teoria Crítica de Habermas em Estudos Organizacionais

Como já foi observado, Habermas tem sido considerado por alguns autores brasileiros de EO de forma relativamente dissociada do projeto teórico demarcado por Horkheimer (1975) para o Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt. Ensaando argumento em defesa da frankfurtianidade de Habermas, confrontamos esse entendimento para pensar em um *novo Habermas* para os EO.

O foco na intenção emancipatória em EO potencializa a compreensão de como o comportamento nas organizações é dominado pelas estruturas historicamente constituídas na Modernidade. Isso posto, como pensar em uma agenda de pesquisas organizacionais de base habermasiana, intentada em uma leitura frankfurtiana da obra deste autor? Mesmo admitindo que essa postura é rara entre os pesquisadores brasileiros de EO, vale destacar que ela não é inexistente. Assim, lembramos aqui, particularmente, os esforços de Vizeu (2005) e Paula (2008, 2013).

Em trabalhos mais recentes, Paula (2008, 2013) tem buscado recuperar o potencial do corpo teórico habermasiano a partir de uma aproximação conceitual com uma abordagem denominada pela autora *freudo-frankfurtiana*. Nesse sentido, sua leitura sobre a Teoria da Ação Comunicativa se sustenta, por um lado, em uma interpretação sobre as bases freudianas do quadro teórico de Habermas, seus pontos de contato com outros autores frankfurtianos (com destaque para Adorno e Marcuse) e, por outro, na complementariedade de conceitos cunhados por Habermas com outros oriundos da psicanálise não explorados por esse frankfurtiano. Esse esforço, constituindo-se dentro do que aqui se apresentou como a essência de uma genuína Teoria Crítica, tem sido pensado por Paula tendo como pano de fundo o contexto das organizações, sejam as de interesse capitalista ou as do setor público.

Outro autor que se destaca no contexto brasileiro como um bom exemplo de intérprete de Habermas à luz de sua frankfurtianidade tem sido Vizeu (2005, 2010). Esse pesquisador tem se dedicado ao estudo da teoria habermasiana e seu potencial em EO há mais de 13 anos, desde a publicação de um ensaio sobre a aproximação entre a ação comunicativa habermasiana e os EO (VIZEU, 2005). Já naquela ocasião, o autor indica uma agenda de pesquisa, na qual destaca algumas proposições derivadas de sua leitura da teoria de Habermas que entende ter implicação mais direta para a pesquisa em organizações. Duas delas dizem respeito à hierarquia burocraticamente estabelecida como um constrangimento estrutural pré-linguístico – uma condição do espaço organizacional que induz a comunicação sistematicamente distorcida – e a análise de discurso centrada na teoria habermasiana. Nesse aspecto em particular se encontram suas pesquisas analisando a distorção comunicativa nas relações de trabalho, relevada pelo escrutínio de estruturas organizacionais discursivas que limitam/controlam a vida dos trabalhadores (VIZEU e CICMANEC, 2013).

A teoria habermasiana também pode contribuir para a crítica sobre a ética nas organizações. Rasche e Scherer (2014) apontam possibilidades para a crítica sobre a ética empresarial por meio dos conceitos do agir comunicativo, já que a ética, enquanto um critério fundamental para o acordo de convivência organizacional, pressupõe a necessidade de comunicação entre atores sociais que seja livre das estruturas de dominação discursiva e ideologicamente suportadas. A distinção feita por Habermas entre raciocínio pragmático, ético e moral abre, assim, a possibilidade para uma análise mais abrangente sobre a ética empresarial, se comparada a tradições funcionalistas de pesquisa em administração (RASCHE e SCHERER, 2014). Esse pensamento também pode ser útil para a crítica da Responsabilidade Social Corporativa, aprofundando a análise sobre o papel político das empresas na sociedade e os mecanismos de distorção comunicativa associados a essas práticas (RASCHE e SCHERER, 2014).

Esses exemplos de uso da teoria de Habermas em EO nos revelam que é possível fugir da interpretação romantizada de Habermas, onde se incorre no viés de uma interpretação de sua obra que minimiza seu caráter crítico e dialético; é importante lembrar que essa postura não tem sido adotada em espaços acadêmicos brasileiros fora da área de EO, ou mesmo por autores importantes para as Ciências Sociais e as Ciências Humanas – por exemplo, o célebre hermeneuta Ricoeur (1990).

Um ponto que merece menção nestas considerações finais é que não intencionamos limitar o espaço para o contraditório. Nesse sentido, entendemos que a Teoria Crítica intentada por Habermas não é livre de críticas e contradições. Além disso, temos consciência de que a obra de Habermas não deve ser vinculada em sua integralidade a um esforço do autor de produzir Teoria Crítica. Especialmente em seus escritos mais recentes, reconhecemos que Habermas por vezes se distancia e até se contradiz em relação ao propósito frankfurtiano. Contudo, isso não desqualifica o entendimento de que sua principal construção

teórica (a Teoria da Ação Comunicativa) comunga com os princípios propostos por Horkheimer (1975), particularmente no que se refere à possibilidade da emancipação via razão comunicativa.

Partir em defesa da frankfurtianidade de Habermas em EO significa destacar que as organizações têm papel imprescindível na transformação social e o campo de EO deve produzir conhecimento que viabilize a construção de uma consciência emancipada, capaz de articular novos caminhos para a sociedade e afastar as mazelas dos mecanismos de dominação. Assim, o que propomos com este ensaio é uma interpretação não usual de um autor tão importante para a área, no sentido de abrir o debate para pensar caminhos diferentes para a produção de conhecimento e reflexão sobre o contexto organizacional. Em nenhuma hipótese pretendemos que nossa interpretação de Frankfurt e de Habermas seja considerada a verdade definitiva sobre esses objetos de análise; nosso argumento se revela, antes, uma possibilidade de pensar diferente, abrindo-se ao diálogo e ao debate acadêmico. Esperamos, assim, instigar aqueles que discordam de nosso posicionamento e entendimento à elaboração de novos ensaios, promovendo no âmbito acadêmico aquilo que deve ser seu horizonte maior: a renovada e inacabada busca por conhecimento.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. O conceito de iluminismo. In: ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. **Textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1975. p. 97-124. (Coleção Os Pensadores).
- ADORNO, T.; MARCUSE, H. Correspondence on the German Student Movement. **New Left Review**, n. 233, p. 123-136, 1999.
- ARAGÃO, L. M. C. **Razão comunicativa e teoria social crítica em Jürgen Habermas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- ASSOUN, P.-L. **A Escola de Frankfurt**. São Paulo: Ática, 1991.
- BOTTOMORE, T. (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- FARIA, J. H. Teoria crítica em estudos organizacionais no Brasil: o estado da arte. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, p. 509-515, 2009.
- FORESTER, J. Teoria crítica e análise organizacional. **Plural**, v. 1, p. 131-148, 1994.
- FREITAG, B. **Teoria crítica: ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- HABERMAS, J. Conhecimento e interesse. In: HABERMAS, J. **Técnica e ciência como ideologia**. Lisboa: Ed. 70, 1987. p. 129-147.
- HABERMAS, J. **O discurso filosófico da modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- HABERMAS, J. **A crise de legitimação no capitalismo tardio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.
- HABERMAS, J. **Verdade e justificação**: ensaios filosóficos. São Paulo: Loyola, 2004.
- HABERMAS, J. **Teoria do agir comunicativo**. São Paulo: Martins Fontes, 2012. 2 v.
- HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: HORKHEIMER, M. **Theodor Adorno**: textos escolhidos. 5. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1975. p. 125-162.
- MELO, R. **Marx e Habermas**. Teoria crítica e os sentidos da emancipação. São Paulo: Saraiva, 2013.
- MENEGHETTI, F. K. O que é um ensaio teórico?. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 15, n. 2, p. 320-332, 2011.
- MOTTA, A. C. G. D. **Abordagem crítica nos estudos organizacionais no Brasil**: grupos de pesquisa e iniciativas em universidades. 316 f. 2014. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- NOBRE, M. **A teoria crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.
- PAULA, A. P. P. **Teoria crítica nas organizações**. São Paulo: Thomson Learning, 2008.
- PAULA, A. P. P. Abordagem freudo-frankfurtiana, pesquisa-ação e socioanálise: uma proposta alternativa para os estudos organizacionais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 520-520, 2013.
- RASCHE, A.; SCHERER, A.G. Jürgen Habermas and organization studies: contributions and future prospects. In: ADLER, P. et al. (Org.). **Oxford handbook of sociology, social theory, and organization studies**. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 158-181.
- RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- VIZEU, F. Ação comunicativa e estudos organizacionais. **Revista de Administração de Empresas**, v. 45, n. 4, p. 10-21, 2005.
- VIZEU, F. Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. **Revista de Administração de Empresas**, v. 50, p. 36-46, 2010.
- VIZEU, F.; CICMANEC, E. R. A música que encanta, o discurso que aprisiona: a distorção comunicativa em uma loja de departamentos. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p. 149-164, 2013.
- VIZEU, F.; MACADAR, M. A.; GRAEML, A. R. Academic productivism based on a Habermasian perspective. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, p. 984-1000, 2016.
- VIZEU, F.; MATITZ, Q. R. S. Organizational sacralization and discursive use of corporate mission statements. **Brazilian Administration Review**, v. 10, n. 2, p. 176-194, 2013.
- WIGGERSHAUS, R. **Escola de Frankfurt**: história, desenvolvimento teórico, significação política. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

Luiz Gustavo Alves de Lara

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8916-9333>

Doutorando em Administração pelo Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Positivo (PMDA/UP), Curitiba – PR, Brasil.
E-mail: luizusf@hotmail.com

Fábio Vizeu

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2261-3142>

Doutor em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo (FGV EAESP); Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Administração da Universidade Positivo, Curitiba – PR, Brasil. E-mail: fabio.vizeu@gmail.com